

SUMÁRIO

Parte I: Estrutura Básica da Aparência

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO I: ORIGEM DA TEORIA DA APARÊNCIA JURÍDICA	17
1. Raízes no direito romano	17
1.1. <i>Fides e fides bona</i>	18
1.2. <i>Bonae fidei iudicia</i>	22
1.3. Enfraquecimento da boa-fé no direito romano.....	23
2. A boa-fé canônica e germânica.....	24
3. O Instituto da <i>Gewere</i>	26
4. Publicidade	31
5. Teoria do erro comum.....	33
CAPÍTULO II: APARÊNCIA E REALIDADE	35
1. Introdução.....	35
2. Antinomia entre aparência e realidade	37
3. A substituição da realidade pela aparência.....	38
4. Conversão da aparência em realidade.....	40
5. <i>Venire contra factum proprium</i>	41
6. O Erro de Direito e a Aparência.....	43
CAPÍTULO III: TEORIA DA APARÊNCIA COMO CONFIANÇA LEGÍTIMA	45
1. Introdução.....	45
2. Conceito de aparência	46
3. A relevância jurídica da aparência	50

4. Natureza jurídica da aparência.....	51
5. Princípio geral da aparência.....	53
<hr/>	
CAPÍTULO IV: PRINCÍPIOS ATINENTES À APARÊNCIA JURÍDICA	59
1. Panorama Geral.....	59
1.1. Introdução aos princípios jurídicos	59
1.2. Concepções tópicas na aplicação das cláusulas gerais.....	63
1.3. As cláusulas gerais e as regras costumeiras.....	67
2. Princípio da Boa-fé.....	69
2.1. Concepção empírica da boa-fé.....	69
2.2. A boa-fé como um princípio jurídico	70
2.3. A boa-fé objetiva e subjetiva	72
2.4. As cláusulas gerais de boa-fé no novo Código Civil	74
2.5. A boa-fé nas relações aparentes	76
3. Princípio da Confiança Legítima.....	78
3.1. Conceito e tutela	78
3.2. Aparência, confiança e boa-fé.....	78
3.3. A confiança como princípio	79
4. Princípio da Dignidade da Pessoa Humana	80
4.1. Conceito e importância	80
4.2. Fundamento e conteúdo do princípio.....	80
4.3. A dignidade e a teoria da aparência	82
5. Princípio da Autonomia da Vontade.....	82
5.1. Introdução	82
5.2. Conceito	84
5.3. Efeitos jurídicos	85
5.4. A doutrina das expectativas razoáveis.....	86
5.5. Autonomia da vontade e aparência	87
6. Princípio da Publicidade	90
7. Princípio da Retroatividade	92
8. Princípio da Inoponibilidade.....	95

CAPÍTULO V: PRESSUPOSTOS PARA A INCIDÊNCIA DA APARÊNCIA JURÍDICA	97
1. Introdução.....	97
2. Exteriorização do Suporte Fático	98
2.1. Conceito	98
2.2. Situações aparentes naturais e artificiais.....	99
2.3. O erro e a boa-fé objetiva	102
3. Incidência da Boa-fé específica.....	105
3.1. A boa-fé subjetiva.....	105
3.2. A má-fé.....	105
3.3. O erro de direito e a boa-fé subjetiva	106
3.4. <i>O venire contra factum proprium</i>	107
4. Capacidade das partes envolvidas	108
4.1. Introdução.....	108
4.2. Conceito de imputabilidade	109
4.3. Teorias sobre a imputabilidade.....	112
4.4. Imputabilidade e responsabilidade.....	114
4.5. Imputabilidade e capacidade.....	115
4.6. Livre arbítrio e autodeterminação	118
4.7. Teoria das incapacidades à luz do Estatuto da Pessoa com Deficiência.....	124
4.8. Imputabilidade e aparência.....	129
5. Nexo de Causalidade	131
6. Significado econômico da relação aparente	132

Parte II: Parte Geral do Código Civil

CAPÍTULO VI: CAPACIDADE E REPRESENTAÇÃO	139
1. Capacidade Aparente das Pessoas Naturais	139
1.1. Personalidade e capacidade.....	139
1.2. Nascituro e aparência de direito	142
1.3. Concepturo e aparência de direito	144
1.4. Emancipação e aparência	148
1.5. Representação legal e aparente	151
1.6. Morte presumida e ausência aparente	160
2. Capacidade Aparente das Pessoas Jurídicas.....	162

2.1. Teorias sobre a pessoa jurídica e os atos aparentes	162
2.2. A desconsideração da pessoa jurídica e a aparência	168
2.3. Aparência dos representantes da pessoa jurídica.....	172
3. Registros Civis Aparentes.....	174
3.1. Conteúdo	174
3.2. Efeitos e publicidade.....	175
3.3. A publicidade no registro civil das pessoas naturais e aparência	176
3.4. A publicidade no registro das pessoas jurídicas e a aparência	177
4. Domicílio Aparente	178
CAPÍTULO VII: DEFEITOS DO NEGÓCIO JURÍDICO	181
1. Introdução.....	181
1.1. Conceito	181
1.2. Teorias adotadas	182
1.3. Invalidade e ineficácia.....	183
2. Erro e Aparência	185
3. Dolo e Aparência	187
4. Coação e Aparência	188
5. Estado de Perigo e Lesão Aparentes.....	190
6. Fraude contra Credores e Aparência.....	192
7. Simulação e Aparência.....	195

Parte III: Parte Especial do Código Civil

CAPÍTULO VIII: DAS OBRIGAÇÕES E CONTRATOS	201
1. Credor aparente	201
1.1. Circulabilidade dos direitos obrigacionais.....	201
1.2. Noção de credor aparente	203
1.3. Desenvolvimento histórico da noção de credor aparente.....	205
1.4. Requisitos do crédito aparente	207
1.4.1. A exteriorização do suporte fático.....	207
1.4.2. Nexo de causalidade	210
1.4.3. A boa-fé subjetiva do devedor aparente	212
1.4.4. O pagamento ao credor aparente.....	213

1.4.4.1 O portador aparente de cartão de crédito	214
1.4.4.2 Cessão de crédito e aparência	215
2. Introdução aos Contratos.....	218
3. Compra e Venda <i>a non domino</i>	220
3.1. Conceito	220
3.2. Requisitos	221
3.2.1. Exteriorização do suporte fático.....	221
3.2.2. Incidência da boa-fé específica.....	222
3.2.3. Nexo de causalidade.....	223
3.2.4. O significado econômico da relação aparente.....	223
3.3. Efeitos.....	223
3.4. Compra e venda com reserva de domínio e aparência.....	225
4. Doação Aparente.....	226
5. Locação e Aparência	228
6. Mandato Aparente	230
6.1. Conceito de mandato	230
6.2. Mandato e procuração	233
6.3. Representação aparente	234
6.4. Mandato aparente e seus efeitos	236
6.4.1. Inexistência de representação	236
6.4.2. Falta de outorga de procuração.....	238
6.4.3. Excesso de poder por aparência.....	239
6.4.4. Abuso do poder por aparência	240
6.4.5. Revogação da procuração e aparência.....	241
6.4.6. Falecimento do representado e aparência	242
6.4.7. O emissário aparente	243
6.4.8. O documento assinado em branco	244
7. O Enriquecimento sem causa e a Teoria da Aparência	245
7.1. O indevido objetivo e o indevido subjetivo	245
7.2. O pagamento indevido e o enriquecimento sem causa.....	246
7.3. O pagamento indevido e a transmissão da propriedade.....	247
7.4. O enriquecimento sem causa e as nulidades	249
7.5. O enriquecimento sem causa e a aparência	251
8. Títulos de Crédito Aparentes.....	253
8.1. Introdução.....	253

8.2. Requisitos do título de crédito.....	256
8.2.1. Literalidade.....	257
8.2.2. Autonomia	257
8.2.3. Cartularidade.....	258
8.2.4. Independência.....	259
8.2.5. Abstração.....	259
8.3. Classificação dos títulos de crédito.....	260
8.3.1. Título ao portador	261
8.3.2. Título à ordem.....	263
8.3.3. Título nominativo.....	264
8.4. Títulos mercantis aparentes	265
8.5. Inoponibilidade das exceções nos títulos de crédito.....	272
9. Sociedades Comerciais Aparentes	274
9.1. Empresário aparente	274
9.2. Sociedade não personificada	275
9.3. Sociedade em conta de participação.....	277
CAPÍTULO IX: DOS DIREITOS REAIS	281
1. Propriedade Mobiliária Aparente.....	281
1.1. Introdução	281
1.2. Espécies de propriedade mobiliária	282
1.3. O art. 521 do CC/1916 e o seu alcance.....	283
1.4. O Código Civil de 2002 e a propriedade mobiliária aparente.....	286
2. Propriedade Imobiliária Aparente	289
2.1. Introdução	289
2.2. Espécies de propriedades imobiliárias aparentes	291
2.3. Eficácia do registro público	292
2.4. Elementos da propriedade aparente	297
2.4.1. Sujeitos da aquisição	297
2.4.2. Condições da aquisição	297
3. Propriedade resolúvel, Alienação fiduciária em garantia e aparência .	297
CAPÍTULO X: DOS DIREITOS DE FAMÍLIA E SUCESSÕES	301
1. O Casamento Aparente.....	301
1.1. Conceito	301

1.2. Casamento aparente e casamento putativo.....	301
1.3. Efeitos jurídicos do casamento aparente.....	303
2. O Herdeiro e o Legatário Aparentes	305
2.1. Conceito	305
2.2. A petição de herança e o herdeiro aparente	306
2.3. A indignidade e o herdeiro aparente	309
2.4. A deserdação e o herdeiro aparente	309